

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EXPANSÃO E INCLUSÃO?

Adriana Carla Teixeira da Costa Brito
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
adrianacosta@ufgd.edu.br

Giselle Cristina Martins Real
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
gisellereal@ufgd.edu.br

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição de 1988 e já no início da década de 1990, em meio a um cenário de oportunidades e universalização do acesso ao ensino fundamental, intensifica-se a ampliação de matrículas e conclusões no ensino médio e, conseqüentemente, o crescimento da demanda por educação superior (OLIVEIRA, 2007). Isso implicou na expansão pelo viés privado, a partir da adoção de políticas voltadas para a diversificação institucional e implementação de processos de avaliação externa (REAL, 2009).

No contexto internacional, a Conferência Mundial de Educação indica diretrizes de educação para todos ao longo da vida, além do Processo de Bolonha, em que se associa educação superior à possibilidade de crescimento econômico. Essas medidas levam à formulação de políticas, motivadas pela interferência do Estado nas mudanças sociais e tecnológicas, advindas dos graves problemas sociais, através de regulamentos, leis e programas voltados para a educação superior (ROBERTSON, 2009).

A expansão da educação superior, nesse período, foi realizada mediante financiamento privado, doméstico, com a participação ativa do “consumidor de serviços educacionais”. Mediante reformulações através das políticas públicas, a educação superior ganha um novo *status*, passando a ser vista não mais como privilégio de nascimento e classe social, mas como “um direito para aqueles com certas qualificações” (TROW, 2005, p. 5).

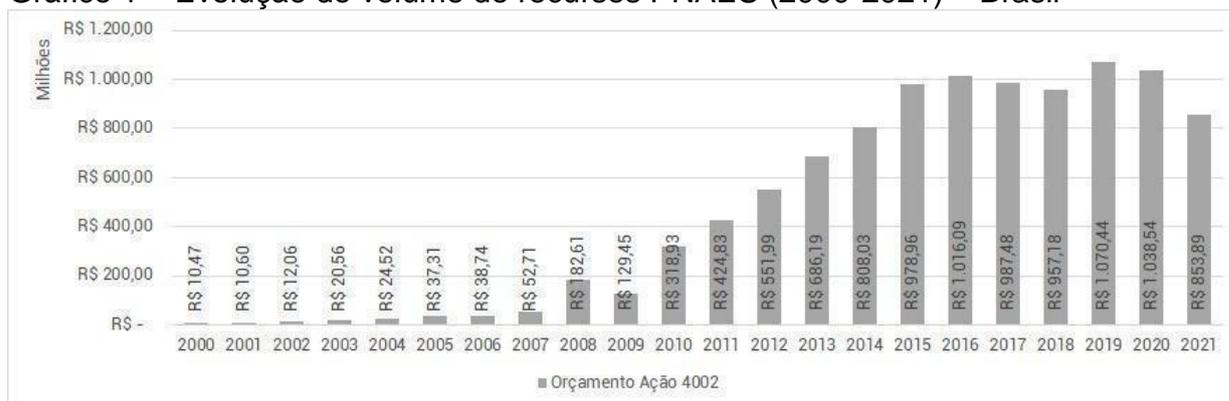
De certa forma, esses são alguns dos condicionantes que induzem políticas de inclusão, oriundas, principalmente, dos programas Expandir e REUNI, nas universidades públicas, que visaram, sobretudo, a ampliação do número de instituições em paralelo à adoção de ações afirmativas diversas. E sob novas perspectivas, as discussões sobre as políticas de igualdade e equidade sociais e

educativas, antes vistas como questão secundária, passam a ser concebidas como políticas compensatórias e afirmativas que proporcionassem não apenas a entrada de estudantes, mas também a permanência deles.

O ponto culminante para formulação das políticas de assistência estudantil foi o processo de interlocução entre o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e o Ministério da Educação (MEC), com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante publicação da portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, mais tarde transformada no decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010.

Para implementação e institucionalização das ações de assistência estudantil, o governo federal destina um montante de recursos a serem geridos, com autonomia, pelas universidades federais (UFs), conforme suas necessidades específicas, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do volume de recursos PNAES (2000-2021) – Brasil



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), 2021.

Como se pode observar, os recursos tiveram um aumento significativo ao longo do período, apresentando oscilações após 2016, com ápices positivos nos anos de 2016, 2019 e 2020. Entretanto, para a compreensão da complexidade desse processo, há que se destacar que, em 2016, houve a publicação da emenda constitucional nº 95, a qual adota um novo regime fiscal que implica em ajustes orçamentários aos órgãos públicos, o que sinaliza como tendência a diminuição paulatina dos recursos a elas destinados (CHAVES; REIS; GUIMARAES, 2018) e, conforme aponta no levantamento orçamentário, os recursos não sofreram resultados contundentes até o ano de 2020.

Nesse sentido, a compreensão da não diminuição dos recursos financeiros do PNAES, diante de políticas de ajustes fiscais deve ser considerada a partir de

fatores conjunturais do Brasil, neste período. Entre esses fatores, destaca-se o crescimento da educação superior no período de 2003 a 2019, decorrente dos programas de expansão de vagas públicas e privadas, que por sua vez foram contempladas com recursos públicos no período: em 2003 foram ofertadas 121.455 vagas; já em 2019 foram ofertadas 16.425.302 vagas de graduação (INEP, 2021).

Conforme indicam as pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2018) no âmbito das universidades federais, as políticas públicas de assistência estudantil tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados, de sorte que estas passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Graduandos por sexo, segundo modalidade de ingresso nas IFES – 2018

		2014*				2018			
		Feminino	Masculino	Sem declaração	Total	Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Ampla Concorrência	Freq.	309565	290775	880	601220	377420	318174	1845	697439
	% (L)	51,5	48,4	0,2	100,0**	54,1	45,6	0,3	100,0
	% (C)	62,9	62,5	58,9	64,0	57,5	58,8	54,8	58,1
Cota	Freq.	165729	139624	493	305846	278542	222800	1519	502861
	% (L)	54,2	45,6	0,2	100,0	55,4	44,3	0,3	100,0
	% (C)	33,7	31,3	33,0	32,6	42,5	41,2	45,2	41,9
Não respondeu	Freq.	16804	15615	120	32539				
	% (L)	48,0	51,6	0,4	100,0				
	% (C)	3,4	3,5	8,0	3,5				
Total	Freq.	492098	446014	1493	939605	655962	540974	3364	1200300
	% (L)	52,4	47,5	0,2	100,0**	54,6	45,1	0,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FONAPRACE (2018).

Tal impacto é registrado pelo aumento da presença de estudantes do sexo feminino de 54,2% para 55,4%; de autodeclarados pretos e pardos; de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas. Tais dados atestam a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência desses estudantes nas universidades.

Esses dados permitem inferir que a assistência estudantil se constitui como uma política de Estado e não simplesmente como política de governo, instituída no

período de 2002 a 2015, pois se mantém e se amplia para outros governos, com prioridades de gestão bastante distintas.

O contexto nacional de expansão da educação superior que contribui com a manutenção da assistência estudantil como política efetiva, é configurado a partir de influências nacional e internacional, construído na convergência de fatores diversos, como: vertentes econômicas que apontam a educação superior como possibilidade de contribuir com desenvolvimento econômico; a dimensão democrática da sociedade brasileira, que deflagra lutas e embates em prol da ampliação da educação superior como direito; o desenvolvimento de programas voltados para a permanência estudantil, ancorados em legislação e normas específicas.

No entanto, o cenário recente ainda implica em fragilidades dessa manutenção, quando há medidas restritivas de direito à educação na agenda pública, que se somam à já referenciada EC nº 95/2016. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de estudos mais focalizados e longitudinais que possam comparar a efetividade dos valores destinados à assistência estudantil a partir dos espaços institucionais, com vistas ao monitoramento dos recursos operados pelas UFs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). **Painel do Orçamento Federal**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, v. 40, n. 1, p. e37668, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil**: um mapeamento de capacidades e instrumentos. Brasília: ANDIFES, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>. Acesso em: 15 abr. 2021.

REAL, G. C. M. Avaliação e qualidade no ensino superior: os impactos do período 1995-2002. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 573-584, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/11.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 407-422, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300002>. Acesso em: 24 maio 2021.

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>. Acesso em: 10 fev. 2021.